



IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE EDUCAÇÃO BILÍNGUE DA PREFEITURA DO RECIFE PARA ESTUDANTES SURDOS.

José Roniero Diodato (1); Luiz Fernando Ferreira de Barros (2); Clovis Nepoziano da Silva (3); Wilma Pastor de Andrade Souza (4).

- (1) *Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco. nando_cristao@hotmail.com.*
(2) *Pedagogo. Graduando em Letras-Libras pela Universidade Federal de Pernambuco. joseroniero@gmail.com;* (3) *Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco. clovisnepoziano@yahoo.com.br;* (4) *Doutora em Linguística. Professora do Departamento de Psicologia Educacional do Centro de Educação – UFPE. wilmapastor@gmail.com*

Resumo:

O ensino-aprendizagem acontece no campo das relações afetivas. No caso do ensino de uma língua materna e de uma segunda língua, as relações humanas envolvidas são partes do processo. Neste caso é fundamental proporcionar à criança ou mesmo ao adulto que se encontra no processo de aquisição de uma língua, um ambiente favorável, com relações sociais de qualidade. Neste sentido, o objetivo deste artigo é investigar se o projeto da prefeitura do Recife, de implantação de salas bilíngues, vem sendo efetivado de acordo com as especificidades necessárias para a educação bilíngue. Direcionamos o olhar a partir das abordagens de educação de surdos, tendo como principal aparato teórico autores que se referem a área do nosso estudo. Esse trabalho foi desenvolvido em duas escolas da rede municipal do Recife que têm salas regulares bilíngues para surdos, situadas em regiões políticas administrativas distintas. Foram entrevistados dois gestores e dois professores, sendo um de cada escola. Os dados revelaram avanços e limitações como: equipe de professores fluentes na Libras, ausência de diretrizes curriculares e falta de recursos pedagógicos, bem como apresentaram ganhos consideráveis para a educação de surdo do município do Recife, de fato a inserção de uma língua acessível como veículo de comunicação se traduz em qualidade e desenvolvimento cognitivo, científico e cultural. Mas, o projeto ressalta alguns elementos limitadores de ordem político-administrativa. Por outro lado as salas regulares bilíngues necessitam de diretrizes curriculares comuns, sinalizadas no Projeto Político Pedagógico para todo município. Assim, o projeto das salas bilíngues da prefeitura do Recife vem sendo efetivado, em parte, de acordo com as especificidades necessárias para a educação bilíngue em algumas escolas.

Palavras-chave: Educação Bilíngue; Estudantes Surdos; Salas Bilíngues.

Introdução

A trajetória educacional dos sujeitos surdos tem fomentado muitos discursos em diversas instâncias da educação brasileira como: abordagens de ensino, a história dos indivíduos surdos, políticas de ensino e na utilização da própria língua brasileira de sinais - Libras. Este contexto dialógico despertou em nós, a necessidade de entender como a educação de pessoas surdas fora implantada na rede municipal da cidade do Recife.

Nos debates atuais sobre tal educação há o predomínio da compreensão de que as especificidades linguísticas desses estudantes requerem uma abordagem bilíngue, na qual a



primeira língua (L1) é a língua de sinais e a segunda língua (L2) a língua oficial do país, no caso do Brasil, a L1 é a Libras e a L2 a Língua Portuguesa.

Esta abordagem possibilita ao estudante adquirir uma língua de forma natural, a Libras, uma língua espaço visual, criada e utilizada pelas comunidades surdas. A esse respeito, a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, profere no Art. 1: “É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados”.

Em parágrafo único complementa:

entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2002).

No entanto, o acesso dos usuários da língua de sinais ao mundo letrado, tanto nos conhecimentos relativos ao aprendizado da Libras, quanto a qualquer outro conhecimento, não se dá de maneira natural no âmbito das escolas brasileiras, diferentemente dos estudantes ouvintes, que, desde muito cedo, são incluídos no mundo letrado, por meio da língua oral, conseguindo, assim, avançar na aprendizagem das estruturas linguísticas da escrita.

Tendo em vista a realidade exposta, o objetivo geral deste trabalho é investigar o projeto da prefeitura do Recife de implantação de salas bilíngues para indivíduos surdos frente às especificações da educação bilíngue. Buscaremos ainda: 1) identificar nos projetos político-pedagógicos das escolas (PPP) propostas relacionadas à educação bilíngue para sujeitos surdos; 2) descrever as salas bilíngues e o perfil dos profissionais envolvidos no projeto.

Esta abordagem de educação entendia que o sujeito surdo deveria ser levado a aprender a fala e a escrita da língua majoritária do seu país e considerou que o ensino da língua de sinais atrapalharia a aquisição da língua oral. Em 1880, um congresso na área de educação, realizado em Milão, reuniu educadores de surdos de todo mundo. Os professores surdos foram proibidos de votar, apenas os ouvintes tiveram esse direito. Eles votaram a elaboração de uma resolução para proibir o uso da língua gestual. Sobre o congresso de Milão, é possível afirmar que foi um equívoco na história da educação dos surdos a imposição da língua oral com a supressão da língua de sinais. Tal ação se deu sem fundamentação científica e tornava assim a língua oral como única língua possível de ensino para aquisição dos demais conteúdos (STROBEL, 2009).



O foco dessa fase passa a ser a reabilitação do sujeito surdo, com uso do trabalho da fonoaudiologia, o que se torna algo comum na educação desses estudantes. O modelo de integração adotado nas escolas estava pautado na ideia de que o estudante deveria se adaptar à instituição.

As insatisfações com a abordagem oralista e os estudos sobre a língua de sinais iniciados na década de 60 do século XX, contribuíram no que veio a ser uma nova abordagem de educação do indivíduo surdo. Como consequência, na década seguinte, surge a abordagem denominada “comunicação total”.

A comunicação total surge como possibilidade de o indivíduo surdo se comunicar por meio de diversos recursos. Segundo Stewart (1993, p.118), a comunicação total é “(...) a prática de usar sinais, leitura orofacial, ampliação e alfabeto digital para fornecer input linguístico para estudantes surdos, afim de que possam se expressar nas modalidades preferidas”.

Nessa nova abordagem, os educadores podem recorrer tanto ao uso da oralização como à utilização da língua de sinais, do alfabeto manual, e outras formas gestuais. O objetivo era possibilitar o desenvolvimento de uma comunicação com professores, familiares e sociedade, buscando obter dos estudantes habilidades de comunicação para que alcançassem a integração na sociedade majoritariamente de ouvintes.

Como indica Brito (1993, p. 55): “(...) a comunicação total não objetiva que o surdo chegue ao domínio de duas línguas. Ao contrário, o objetivo linguístico é o aprendizado da língua da modalidade oral, sendo os sinais apenas meio para isso”.

A comunicação total, apesar de proporcionar a comunicação e a transmissão de conteúdos dentro da escola, não conseguiu diminuir as dificuldades dos estudantes surdos nos conteúdos, na leitura e escrita. Nasce à defesa que a primeira língua do surdo seja a língua de sinais, entendida como a abordagem de educação bilíngue para surdos.

De maneira geral a abordagem bilíngue para pessoas surdas entende a escola como espaço que irá proporcionar ao estudante um contexto no qual circulem duas línguas. Nesse caso, as duas línguas são: a língua de sinais como primeira língua e a língua oficial do país como segunda língua.

Para Skliar (1997), é de fundamental importância a exposição à língua nativa no período natural de aquisição da linguagem, caso contrário, danos irreparáveis e irreversíveis poderão ser causados à organização psicossocial do indivíduo. Com o aprendizado da língua de sinais o surdo tem garantido o desenvolvimento da organização psicossocial. Desse modo,



a língua de sinais para as crianças surdas é essencial, uma vez que a linguagem é essencial para o desenvolvimento do pensamento.

A literatura aponta essa abordagem como a maneira mais adequada da educação de sujeitos surdos. Brito (1986, p. 21), indica que

a língua dos sinais é imprescindível ao surdo, mesmo que este, no início, esteja limitado à comunicação apenas com aqueles que manipulem bem esta língua ou que se iniciem no seu aprendizado. Posteriormente, em contato com a língua oral, sua segunda língua, terá alcançado maior aptidão em todos os níveis (psicológico, cognitivo, social e linguístico) para enfrentar a árdua tarefa de seu aprendizado. O surdo já terá tido a prática de socialização através dos sinais, suporte para o aprendizado da língua oral, vale dizer, terá já estabelecido uma comunicação gratificante (BRITO, 1986 p. 19).

Estudos atuais revelam a precariedade das metodologias de ensino público quanto ao posicionamento da escola regular diante da educação dos sujeitos surdos no nosso país, conforme Capovilla (2009), no contexto das pesquisas atuais é possível afirmar que os estudantes surdos têm melhor desempenho nas escolas bilíngues que nas regulares. Estruturar e implantar esta nova abordagem na escola regular, de forma adequada ao indivíduo surdo, tem sido a grande luta de especialistas da educação.

O ensino-aprendizagem acontece no campo das relações afetivas. No caso do ensino de uma língua materna e de uma segunda língua, as relações humanas envolvidas são partes do processo. Neste caso é fundamental proporcionar à criança ou mesmo ao adulto que se encontra no processo de aquisição de uma língua, um ambiente favorável, com relações sociais de qualidade. Esse nível de qualidade seria naturalizado com a imersão em uma comunidade de usuários de língua espaço-visual. A esse respeito, revela Góes (1996, p. 38) “não há limitações cognitivas ou afetivas inerentes à surdez, tudo depende das possibilidades oferecidas pelo grupo social para seu desenvolvimento, em especial para a consolidação da linguagem”.

Na década de 90 nasce o paradigma da educação inclusiva, o qual, segundo a Declaração de Salamanca (1994), tem como objetivo principal atingir a todos, sem distinção de qualquer possível diferença, no mesmo espaço. Com essa lógica são implantadas leis de acessibilidade no sistema legal brasileiro como o Decreto 10.098/2000. Ele estabelece para a pessoa surda, entre outros direitos, o serviço prestado pelo intérprete de Libras nos espaços públicos.

A Declaração de Salamanca (1994) abriu caminho para a legislação inclusiva que prevê inserção do surdo em salas comuns, na qual ele estuda sem a presença da cultura surda,



com apoio de intérpretes, traduzindo os conteúdos para língua de sinais, sem pares surdos e onde não são observadas as especificidades de cada estudante e, sem professores especializados. No entendimento atual de autores como Quadros (2003) e Capovilla (2009), é apontada como necessária a formação dos professores, no sentido de melhor direcioná-la para ensino inclusivo.

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, capítulo V, art. 59, assegura aos estudantes com especificidades currículos, métodos, técnicas, recursos que correspondam às suas necessidades de aprendizado. O PNE 2014 em sua meta 4, estratégia 7, estabelece a garantia e oferta de ensino em escolas e classes bilíngues. Também a meta 4, estratégia 13, prevê a melhoria do quadro de profissionais, professores bilíngues e intérpretes de Libras.

Em meio a esses acontecimentos históricos, é necessária uma reflexão sobre a ação do Estado em relação às políticas desenvolvidas, para compreender como a gestão pública concebe e realiza ações para o atendimento da minoria linguística dos surdos nas escolas da Rede Municipal do Recife. Concordamos com Hofling (2001), quando concebe “Políticas Públicas como sendo o Estado em ação, o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, e ações focadas para setores específicos da sociedade”.

Dentre as demandas educacionais, juntamente com profissionais atuantes que compõem a comunidade dos surdos de Recife e parceria com a prefeitura Municipal. Surge o Decreto Municipal nº 28587 de 11/02/15, que torna obrigatórias as salas regulares bilíngues para surdos na Rede Municipal de Ensino do Recife. Este decreto está baseado em documentos criados em outros momentos históricos da luta pela educação de surdos.

Doze anos depois, segundo o Decreto 28587/15:

Art. 2º, Nas salas regulares bilíngues para surdos, serão ofertados a Língua Brasileira de Sinais - Libras, como primeira língua, e o idioma português, como segunda língua, na perspectiva da educação bilíngue.

§ 1º A Libras será considerada como meio de comunicação e de instrução e entendida como componente curricular que possibilite aos surdos o acesso ao conhecimento, à ampliação do uso social dos sinais nos diferentes contextos e à reflexão sobre o funcionamento da língua e da linguagem em seus diferentes usos.

Art. 3º A organização curricular deverá contemplar os componentes curriculares da base nacional comum e, na parte diversificada, o componente curricular Libras (RECIFE, 2015).

O decreto municipal que contempla a proposta de salas bilíngues para surdos trabalha no sentido de reconhecer como primeira língua do surdo a Libras, que será a base para a



aquisição de todos os outros conteúdos educacionais; trabalhar a língua portuguesa como segunda língua, para melhor incluir o surdo na língua dominante da sociedade em que vive; trabalhar com professores especializados, cujo objetivo seja uma construção pedagógica que respeite a individualidade e a formação da identidade do surdo.

O projeto está disposto em sete salas reformadas ou adaptadas, pertencentes a sete escolas municipais do Recife, de modo a contemplar toda as áreas do município, proporcionando facilidade de o menor percurso as salas.

A prefeitura do Recife define no Decreto 28587/15 que as salas regulares bilíngues para surdos, são para atender às etapas da educação infantil, do ensino fundamental regular e da modalidade de educação de jovens e adultos. Os professores possuem licenciatura em pedagogia para atuar nos anos iniciais, e nas áreas específicas componentes curriculares para os anos finais.

Metodologia

Trata-se de uma investigação pautada nos fundamentos da pesquisa qualitativa. Esse tipo de pesquisa envolve a obtenção de dados descritivos, conseguidos no contato direto com a situação de enfoque, enfatizando mais o processo do que o produto (LÜDKE; ANDRÉ, 1998). Por meio da análise qualitativa serão identificadas e descritas às práticas pedagógicas implementadas em salas bilíngues para indivíduos surdos a partir da efetivação do projeto da prefeitura do Recife.

A coleta dos dados ocorreu mediante a utilização de dois procedimentos: entrevista semiestruturada e observação. Escolhemos a entrevista semiestruturada por acreditarmos no caráter de interação que a permeia. De acordo com Lüdke (1998, p.33), “o entrevistado discorre sobre o tema proposto com base nas informações que ele detém, e que no fundo, é a verdadeira razão da entrevista”.

Inicialmente, foi realizada uma da entrevista por meio de um roteiro previamente organizado. O registro foi feito por meio de um gravador de áudio. Por fim, foram feitas cinco observações acerca das condições de acessibilidade oferecidas aos estudantes, bem como das estratégias didático-metodológicas utilizadas durante as aulas, as quais complementarão os dados, já que a observação “possibilita um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno” (LÜDKE; ANDRÉ, 1998, p. 26).

As observações aconteceram no decorrer de cinco dias em duas escolas da rede municipal do Recife, que têm salas bilíngues para estudantes surdos. Dentre as sete salas

bilíngues existentes, escolhemos duas, uma por possuir experiência de mais de dez anos com educação de surdo no modelo regular de inclusão e a segunda escola por não ter experiência prévias com educação de surdos. Participaram da pesquisa dois professores e dois gestores, sendo um de cada escola.

A análise leva às descrições sistemáticas que ajudam a interpretar mensagens e a atingir uma compreensão de significados que vão além da simples leitura (MINAYO, 2000). Para isso, utilizamos a análise de conteúdo com base nas orientações de Bardin (1977).

Resultados e Discussão

Apresentaremos a seguir o perfil dos professores voluntários participantes deste estudo.

Quadro 1. Perfil dos professores participantes

Professor (a)	P1	P2
Ensino Médio	Magistério e Científico	Científico
Graduação	Licenciatura em Letras	Licenciatura em matemática
Pós-Graduação	Educação Inclusiva	Educação Inclusiva
Formação Continuada	Prefeitura do Recife	Prefeitura do Recife
Tempo de Ensino	15 anos	10 anos
Domínio em Libras (baixo; bom e excelente)	Bom	Excelente
Tempo de serviço na Escola.	9 meses, com início do projeto salas bilíngue	9 meses, com início do projeto salas bilíngue
Tempo de contato com Surdo.	13 anos	21 anos
Tempo de Contato com a Libras.	13 anos	21 anos
Tempo no Projeto Sala Bilíngue.	9 meses. Teve início com o projeto das salas bilíngue	9 meses. Teve início com o projeto das salas bilíngue

Conforme observamos no quadro 1, os professores entrevistados possuíam formação suficiente para um educador bilíngue para surdos, cumpriam o que prevê a Lei 5.626/2005, demonstrando qualidade no quadro de professores do projeto e um avanço no perfil profissional desta área. Em seus percursos acadêmicos há aprofundamento na educação inclusiva, o que os torna profissionais competentes em respeitar a pluralidade cultural e identitária. Ambos os professores demonstravam necessidade de buscar novos conhecimentos na formação continuada, evidenciando a complexidade da educação bilíngue e a demanda de capacitações mais específicas. Além disso, P1 e P2 estavam de acordo com as exigências do



decreto Municipal do Recife, de nº. 28587/2015, regulador da educação bilíngue, segundo o qual os professores deverão ser integrantes do grupo ocupacional do magistério da própria rede Municipal. Os mesmos demonstravam bons e excelentes usos da Libras e ainda contavam com boa maturidade adquirida ao longo de suas vidas profissionais.

Concepção dos entrevistados sobre educação bilíngue para surdos

Sala bilíngue

É relevante destacar que para a oferta de uma educação bilíngue, no sentido de atender as especificidades da criança surda, o professor precisa ter elementos que respaldem sua metodologia de ensino e precisam compreender o conceito da educação bilíngue. Dessa forma, para consolidar nossas discussões, perguntamos as entrevistadas sobre a concepção de educação bilíngue de cada uma delas e obtivemos o seguinte resultado:

“...eu acredito nessas salas bilíngues como ideal para os surdos... sendo assim: uma sala regular; uma escola regular; uma sala específica pra eles como está nesta proposta, mas junto com isso os alunos da escola também aprendam Libras...” (P1); “Da educação bilíngue. A educação bilíngue... Ela precisa atender ah... Aos conteúdos né? (P2). É... o que ocorre, infelizmente na prática de hoje é que a Língua Portuguesa está sendo ensinada para o surdo como ela é ensinada para o ouvinte” (P2).

“...a sala bilíngue eu acho interessante, até porque há também uma socialização, uma operação. Quando é um só numa sala regular ele é diferente de todos, não é? Enquanto com a sala bilíngue, eu acho, porque estão todos com aquela mesma necessidade, e eles sabem assim entre eles as dificuldades que enfrentam, e um fortalece o outro...” (G1); “Então ele não pode ficar simplesmente restrito a Libras não, tem que ser a Libras e a língua portuguesa. Então essa forma de tratar o surdo com as duas línguas é fundamental”. (G2).

A concepção de P1 e P2 se aproximavam muito do que estabelece o decreto municipal 28.587/2015, quando tal documento normativo estabelece educação bilíngue em salas do ensino regular. P1 e G2 compreendem desta forma o modelo ideal e fundamental para aprendizagem dos surdos, como também a P1 entendia como aspecto positivo o fato dos alunos surdos estarem na rede regular de ensino. Entendia a professora entrevistada que a escola regular pode proporcionar aprendizado da Libras para todos os demais alunos, demonstrando que o âmbito bilíngue pode estar sendo ampliado. Já P2 crítica a abordagem utilizada na maioria das escolas, se coloca contrário ao ensino da língua portuguesa sem adaptações para o surdo. Estando de acordo com Capovilla (2008). Também, foi destacado

pela G1, o âmbito que estas salas constituem para os estudantes surdos. A interação entre seus pares é colocada como algo relevante, no enfiamento diário das relações de ensino e aprendizagem.

Impactos do projeto de sala bilíngue para a educação dos surdos

A implementação das salas demonstra um grande avanço para os estudantes do Município do Recife. Com apenas um ano de trabalho já é possível destacar nas aulas a identificação dos estudantes com o uso da língua de sinais. Os alunos que já eram usuários da Libras no sistema de inclusão, ampliaram a participação e indagações neste novo modelo. Os conteúdos são explorados de maneira fluida e de forma natural, sem mediação do intérprete, ocasionando aulas mais interessantes aos estudantes e professores.

Em uma das escolas do projeto foi implantado a educação de Jovens e adultos, denominada EJA bilíngue, proporcionando para aqueles que não tiveram acesso na idade correta à cultura escrita e a sua cultura viso-espacial, um contexto que o reconhece e o valoriza. Além disso, é notória a relação de confiança dos estudantes com o professor bilíngue, eles percebem no docente o uso dos elementos linguísticos de uma língua espaço-visual, valorizando as suas subjetividades. Como também, as salas bilíngues causaram impacto nos professores, já que antes estes profissionais possuíam especialização na área, mas estavam dispersos.

Conclusões

Em observações realizadas, notamos trabalhos em andamento, tanto da estrutura física de equipamentos necessários, quanto do aperfeiçoamento de materiais didáticos e da capacitação dos professores selecionados para o projeto das salas bilíngues. Os diálogos com os profissionais envolvidos apontam como principais trabalhos a serem desenvolvidos: a melhoria de equipamentos que facilitem a apresentação visual dos conteúdos e a elaboração de conteúdos unificados e adequados a serem aplicados.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas selecionadas para pesquisa não foram acessados, uma vez que G1 e G2 declararam em suas entrevistas que as salas regulares bilíngues do projeto de educação para surdos não foram contempladas. Consideramos que as salas regulares bilíngues necessitam de diretrizes curriculares comuns, sinalizadas no (PPP) para todo município. Encontramos, no entanto, professores entrevistados em suas práticas

fundamentadas no que recordam dos teóricos da área, levados pela falta de documento orientador a um distanciamento ou heterogeneidade das práticas utilizadas.

Os resultados deste estudo revelam ganhos consideráveis para a educação de surdo do município do Recife, de fato a inserção de uma língua acessível como veículo de comunicação se traduz em qualidade e desenvolvimento cognitivo, científico e cultural. Mas, o projeto ressalta alguns elementos limitadores de ordem político-administrativa.

Portanto, constatamos que o projeto de implantação de salas bilíngues da prefeitura do Recife, vem sendo efetivado em parte, de acordo com as especificidades necessárias para a educação bilíngue em algumas escolas, como a escola 1, ainda há muito o que avançar. Considerando que cada escola vive um contexto sociopolítico diferente, contexto de alunos com bagagens familiares diferentes e professores com perfis diferentes, sugerimos novas pesquisas que investiguem em que medida a troca de experiências entre os professores que compõem o projeto das salas bilíngues ajudará na melhoria da qualidade de educação dos alunos surdos.

Referências

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 10172, de 9 de janeiro de 2001.

_____. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. **Diário oficial da União da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2002.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC / Secretaria de Educação Especial - SEESP, 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 70. ed. Lisboa: Ltda, 1977.

BRITO, Lucinda Ferreira. **Integração social do surdo**. In: *Trabalhos em Linguística Aplicada*, nº 7, p.13-22, 1986.

CAPOVILLA, Fernando C. **Avaliação escolar e políticas públicas de Educação para os alunos não ouvintes**. Instituto de Psicologia, USP, São Paulo, 2008.

CARVALHO, Naiana Santos. **Surdez e bilinguismo**: perspectivas, possibilidades e práticas na educação para surdos. 104 f. Monografia (Especialização) - Curso de Graduação em Pedagogia, Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2014.

HOFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Cad. CEDES [online], vol.21, n.55, pp.30-41, 2001.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; ALBRES, Neiva de Aquino; DRAGO, Silvana Lucena dos Santos (Org.). Política para uma educação bilíngue e inclusiva a alunos surdos no município de São Paulo. **SciELO**, São Paulo, v. 39, n. 1, p.65-80, jan./mar. 2013.

LIMA, Maria do Socorro Correia. Surdez, **Bilingüismo e Inclusão**: entre o dito, o pretendido e o feito. 271 f. Tese (Doutorado) - Curso de Linguística Aplicada, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.d. A. **Pesquisa em Educação**: Abordagens Qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: E. P. U., 2013.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos**: A aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

QUADROS, Ronice Müller de. & Karnopp, Lodenir. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Artmed: Porto Alegre, 2004.

RECIFE. Decreto nº 28587, de 11 de fevereiro de 2015. **Institui Salas Regulares Bilíngues Para Surdos na Rede Municipal de Ensino do Recife**.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 2. ed. rev. Florianópolis:Ed. da UFSC, 2009.

STEWART, D. A. **Pesquisa sobre o uso de língua de sinais na educação de crianças surdas**, In: MOURA, M.C. et alii; Língua de sinais e educação do surdo. São Paulo: Tec Art, 1993.

SKLIAR, C. **Educação & Exclusão**: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 1997.

SKLIAR, C.B. Um olhar sobre nosso olhar acerca da surdez e as diferenças. In: (Org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, p.5-6, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis,: Vozes, 2007.

LACERDA, Cristina B. F. **Uma escola, duas línguas**: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. 2. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2010. Cap. 5. p. 81-98.